



O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NO MIC (MUSEU INTERATIVO DE COMUNICAÇÃO) DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA UCPEL.

CRUZ, Matheus¹; CARDOZO, Matheus Mirapalhete²

¹Deptº de História e Antropologia – ICH/UFPEL
Barão de Santa Tecla nº. 40 – CEP 96010-000 museologiaufpel@yahoo.com.br

²Centro de Educação e Comunicação – UCPEL
Almirante Barroso nº. 1202 – CEP 96010-280 faleweb@phoenix.ucpel.tche.br

1. INTRODUÇÃO

Um museu é a materialização da Memória coletiva (HALBWACHS, 1990) de um determinado grupo, é emissão de discursos. E a função comunicativa (CHAGAS, 1994) que compõe as atribuições dos museus, vai ao encontro da proposta pedagógica da instituição Universidade Católica de Pelotas, que mantém um curso de Comunicação Social. Foi assim, e também ancorados no aniversário de 50 anos da escola, que a proposta do espaço de memória tomou corpo. Partimos do pressuposto de Chagas de que “o desafio mesmo é preservar a possibilidade de informação” (1994 p.42) e de Cândido:

[...] é papel dos museus criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais objetos/documentos são suportes, estabelecendo a intermediação institucionalizada entre o indivíduo e o acervo preservado. (2006, p.34-35)

Decidimos fazer uma documentação preliminar do acervo¹, contabilizá-lo e extrair o máximo de informação possível nesse processo de incorporação das peças ao acervo institucionalizado. Consideramos as esparsas bibliografias sobre os acervos áudio – visuais, e acreditamos que nosso trabalho possa vir a propor um norte metodológico para as iniciativas de catalogação de tal tipologia.

2. MATERIAL E MÉTODOS

¹ Por mais que o professor da universidade que idealizou o museu quisesse sair expondo tudo que havia juntado, acreditando que um museu tem como única atribuição exposições.

A equipe idealizadora, orientada por um acadêmico do curso de Museologia, o qual assina esse resumo, tem mostrado extremo bom senso e compreensão de que “A documentação exerce – ou deveria exercer – nos museus um papel primordial” (FERREZ, 1994 p. 64). Como metodologia inicial, a equipe optou por instaurar o museu a partir da documentação desse acervo e para tanto elegeu a utilização de fichas de entrada (COSTA, 2006). Estas são preenchidas no momento em que o objeto é agregado ao acervo do museu, contendo como campos alguns aspectos técnicos concernentes à Comunicação Social, ciência de base (CURY, 2005) do museu em questão. Alguns dos campos referidos são: tipo de vídeo - institucional, ficção, animação – e o nome do autor, que em muitos casos se utiliza de um pseudônimo, o que acaba por dificultar a sua identificação.

As fichas contêm o campo “número de inventário” o qual é marcado nos objetos, devido à diversidade do acervo. Para melhor identificá-lo os responsáveis resolveram usar os números como categoria.

O acervo histórico está identificado com o número 11, e logo em seguida uma seqüência lógica para cada um dos objetos (1101, 1102, 1103...). Já o acervo audiovisual está caracterizado pelo número 22 e tem uma subclassificação, pois além dos VHS a equipe tem de lidar com CD's, DVD's e slides, portanto optou por utilizar em seguida do número 22, outro número que identifica o tipo da mídia e em seguida a seqüência lógica. Há também um campo chamado “chave”, que é um número o qual identifica os alunos da Universidade em um banco de dados. A equipe optou por utilizar esse dado nas fichas para pesquisas posteriores utilizando as ferramentas de registro da instituição mantenedora (neste caso a Universidade Católica de Pelotas), no intuito de identificar os autores dos trabalhos. Outro campo que se destaca é a “descrição”, nele o estagiário responsável faz uma descrição densa não só das qualidades extrínsecas² (FERREZ, 1994), mas também das técnicas e os motivos que nortearam o trabalho em questão. Nota-se que os campos dessas fichas são bastante variados, e pensados para se adequar às necessidades do trabalho, como sugere Ferrez (1994). Segundo a sugestão da mesma autora (*op.cit*), as terminologias utilizadas para identificação, numeração, e qualquer outra sistemática em execução para o acervo em questão são bem definidas. E os métodos utilizados estão anexados nas paredes e armários da sala que agora serve de reserva técnica, um livro de atividades é preenchido todos os dias em que há trabalho, sendo assim norteando qualquer outro estagiário que por ventura venha a assumir as tarefas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A documentação preliminar mostrou-se uma ferramenta de extrema eficiência, pois partindo da análise dos objetos para posterior descrição os acadêmicos puderam inferir algumas informações de suma relevância para futuras pesquisas. Por exemplo, a numeração advinda da sessão de controle patrimonial, a qual mantém registro de todo o patrimônio da escola desde a sua fundação, sendo assim o banco de dados mencionado foi utilizado exaustivamente para o processo de complementação do histórico dos objetos, uma vez que a referida sessão registra até mesmo o custo e data de aquisição dos objetos em questão.

² Qualidades extrínsecas são as que compõem o objeto, tais como: Forma, cor, material do que é feito etc.

Em uma das incursões ao banco de registro da sessão de controle patrimonial, encontramos os dados do primeiro televisor adquirido pela Escola de comunicação, no último quartel dos anos 60 e que atualmente compõe o acervo do MIC. A documentação também serviu como peça chave para a realização de projetos de interação do museu com a comunidade acadêmica, tais quais a “1ª mostra de curtas” que disponibilizou para os interessados 2 horas de exposição de vídeos de curta duração produzidos pela escola. Optamos por expor os vídeos produzidos entre o ano de 1980 até 2000, recorte propiciado pela pesquisa e a documentação.

4. CONCLUSÕES

Nesse processo preliminar de inventário, os profissionais envolvidos concluíram que a documentação é parte fundamental do fazer museológico, uma vez que a mesma proporciona a enunciação de sentido (CÂNDIDO *apud* MENSCH, 2006) para os objetos expostos. A documentação também é um sistema de segurança do acervo, pois com seus números e estado de conservação documentados as intervenções tornam-se mais efetivas, uma vez que, os objetos não precisam de análise e manuseio constante para avaliação da possível degradação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. In: **Caderno de diretrizes museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus, 2006. Segunda Edição p.10-92
- CHAGAS, Mário Souza. Em busca do documento perdido: A problemática da construção teórica na área da documentação. In: **Cadernos de Sócio Museologia** nº2; 1994 p. 33-54
- _____. No museu com a turma do Charlie Brown. In: **Cadernos de Sócio Museologia** nº2; 1994 p. 55-72
- COSTA, Evanise Pascoa. Princípios Básicos de Museologia. Curitiba, Coordenação do Sistema Estadual de Museus/Secretaria do estado da CULTURA 2006. 100p.
- FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: Teoria para uma boa prática. In: **Caderno de ensaios, nº2 Estudos de museologia**. Rio de Janeiro, Minc/Iphan, 1994 p. 64-73
- HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo. Vértice. 1990. 189p.